

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Avocação pelo Tribunal Administrativo do CADE de ato de concentração aprovado pela Superintendência-Geral – Análise de seus requisitos e limites

Alberto Afonso Monteiro	9
1 Introdução	9
2 Escopo do presente trabalho	10
3 Ônus argumentativo do Tribunal Administrativo nos casos de avocação	12
3.1 Interpretação dos termos da Lei nº 12.529/11 e do Regimento Interno do CADE.....	12
3.2 Princípio da motivação	14
3.3 Análise à luz da técnica da ponderação de interesses em conflito	17
3.3.1 Princípio da (superação) da supremacia do interesse público sobre o particular.....	17
3.3.2 Comentários gerais sobre a técnica de ponderação de interesses	20
3.3.3 Ponderação em abstrato e em concreto – Definição de <i>standards</i>	22
4 Motivos que podem dar ensejo à avocação – Princípio da proporcionalidade	26
5 Conclusões	32
Referências.....	33

O poder normativo das agências reguladoras na jurisprudência do STF – Mutações constitucionais do princípio da legalidade?

Egon Bockmann Moreira, Heloisa Conrado Caggiano	35
Introdução	35
1 O fenômeno da mutação constitucional	37
1.1 Origem e definição.....	37
1.2 As mutações constitucionais	38
1.3 Mutações constitucionais no Direito Constitucional brasileiro.....	41
2 As agências reguladoras no Direito brasileiro	42
2.1 Origem e definição.....	42
2.2 O poder normativo das agências reguladoras.....	45
3 O poder normativo das agências reguladoras em face do princípio da legalidade.....	46
3.1 A concepção clássica do princípio da legalidade.....	47
3.2 O fundamento do poder normativo das agências reguladoras e o conceito de legalidade.....	48
3.3 A jurisprudência do STF – Acenos para uma nova compreensão do princípio da legalidade?	51
Considerações finais.....	55

Colaboración público-privada para la concreción de proyectos de generación de energía renovable en Argentina

Ezequiel Cassagne	59
1 Los sistemas tradicionales para construir y financiar las infraestructuras públicas.....	59
2 Las nuevas formas de gestión y financiación	62
2.1 Las asociaciones público-privadas.....	62
2.2 APP con esquemas de financiamiento privado, cuyo costo asume el Estado	65

2.3	Las APP como asociaciones jurídicas.....	66
3	La necesidad de financiamiento.....	67
4	Un ejemplo de asociación público-privada – El programa de generación de energías renovables en Argentina, conocido como GENREN.....	68
4.1	Consideraciones generales.....	68
4.2	El mercado energético. Hacia las energías renovables.....	69
4.3	El proyecto GENREN.....	73
4.4	La importancia del GENREN.....	77

A tutela da concorrência no âmbito do Direito Comunitário e a modificação objetiva dos contratos públicos no Código dos Contratos Públicos português (CCP)

Fabiane Tessari Lima da Silva	83	
1	Introdução.....	83
2	A evolução do direito comunitário em matéria de contratação pública.....	85
3	A tutela da concorrência – Igualdade e liberdade de circulação.....	89
4	O direito comunitário dos contratos públicos, as políticas públicas de longo prazo e a mutabilidade contratual.....	93
5	A modificação objetiva dos contratos públicos e a tutela da concorrência.....	98
6	Considerações finais.....	107

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

Flávio Amaral Garcia	109
Introdução.....	109
A autoridade administrativa competente para aplicar a declaração de inidoneidade....	110
A extensão dos efeitos da declaração de inidoneidade.....	111
A declaração de inidoneidade e os contratos em vigor.....	116
A aplicação da declaração de inidoneidade com fundamento no art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.....	118
Os princípios da oficialidade e da verdade material no processo administrativo.....	121
A não ocorrência da verdade sabida.....	123
A prova emprestada e a prova indiciária.....	124
A independência das instâncias.....	130
A formação da vontade da pessoa jurídica e a responsabilidade da empresa por atos praticados por seus prepostos ou empregados.....	131
Breves conclusões.....	133

A análise prévia de atos de concentração – O grande desafio do novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Mayara Gasparoto Tonin	137	
1	Introdução.....	138
2	O novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	139
3	As principais alterações advindas da Lei nº 12.529/2011.....	144
3.1	A análise prévia à efetivação das concentrações econômicas.....	144
3.2	Os novos critérios de notificação dos atos de concentração.....	145
4	O procedimento de análise dos atos de concentração pelo novo CADE.....	147
5	A análise prévia como o grande desafio do novo SBDC.....	151
6	Considerações finais.....	153
7	Referências.....	154

A intervenção direta do Estado no domínio econômico – Limites constitucionais à atuação no mercado das empresas públicas

Otacílio dos Santos Silveira Neto	157	
1	Introdução.....	157
2	A intervenção do Estado no domínio econômico – Antecedentes, significados e propósitos.....	159
3	Limites constitucionais à atuação no mercado das empresas públicas.....	164
4	Conclusão.....	172
	Referências.....	173

Papel presente y futuro de la Junta Consultiva de contratación administrativa en el sistema organizativo español para la contratación pública

Rafael Fernández Acevedo	175	
I	La proyección organizativa de la eficacia.....	175
II	¿Incide el Derecho comunitario en la organización administrativa de los Estados miembros para la contratación?.....	178
III	La organización administrativa española para la gestión de la contratación pública.....	183
IV	Configuración jurídica de la Junta Consultiva de contratación administrativa del Estado.....	184
V	Conclusiones.....	211
	Bibliografía.....	212

O regime jurídico dos Contratos de Patrocínio celebrados pelo Poder Público

Rafael Véras de Freitas	215	
	Introdução.....	216
1	As características dos Contratos de Patrocínio celebrados pelo Poder Público à luz do ordenamento jurídico pátrio.....	217
2	A natureza jurídica dos Contratos de Patrocínio celebrados pelo Poder Público e a inviabilidade de competição para a escolha do Patrocinado.....	220
3	A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da celebração de Contrato de Patrocínio pelo Poder Público.....	224
4	Da impossibilidade de o Poder Judiciário se substituir ao Administrador na valoração do conceito de “interesse público” na celebração de Contratos de Patrocínio.....	227
5	Da ausência de atos de improbidade administrativa na celebração de Contratos de Patrocínio.....	230
	Conclusão.....	232
	Referências.....	232

ÍNDICE	235
---------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	239
---	-----